



Laplace em Revista

E-ISSN: 2446-6220

geplageufscar@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos
Brasil

dos Reis Silva Junior, João; da Silva Czernisz, Eliane Cleide
A fundação da universidade tecnológica federal do Paraná no contexto de expansão da
educação superior

Laplace em Revista, vol. 1, núm. 2, may-august, 2015, pp. 80-92
Universidade Federal de São Carlos
Sorocaba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756338007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A fundação da universidade tecnológica federal do Paraná no contexto de expansão da educação superior

The foundation of the federal technological university of Paraná in the expansion context of higher education

La fundación de la universidad tecnológica federal de Paraná no contexto de la expansión de la educación superior

João dos Reis Silva Junior*

Universidade Federal de São Carlos

Eliane Cleide da Silva Czernisz**

Universidade Estadual de Londrina

RESUMO

Este texto analisa a fundação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR - no contexto de expansão da educação superior. Questiona as principais mudanças ocorridas nesse processo e discute a atual configuração da instituição. Utiliza pesquisa bibliográfica, análise de documentos normativos da educação superior e de documentos da UTFPR bem como dados obtidos em entrevistas. Inicia, apresentando a UTFPR em meio às recentes alterações ocorridas no processo de expansão. Entre os resultados, destaca que as principais alterações efetivadas na UTFPR se desenvolveram notadamente, impulsionadas pela pós-graduação e encontram-se em consolidação com a implementação do REUNI, em que se dá ênfase aos cursos de licenciatura e bacharelado.

Palavras-chave: Educação superior. Expansão das instituições federais de ensino superior. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

ABSTRACT

This paper analyzes the founding of the Federal Technological University of Paraná - UTFPR - in the context of expansion of higher education. Questions the major changes in this process and discusses the current configuration of the institution. Uses literature, analysis of normative documents of higher education and UTFPR documents and data from interviews. Starts, presenting UTFPR in the midst of recent changes in the expansion process. Among the results, it points out that the main changes effected in UTFPR have developed remarkably, driven by pos-graduation and are being consolidated with the implementation of REUNI, in which emphasizes the degree courses and bachelor's degree.

Keywords: Higher education. Expansion of federal institutions of higher education. Federal Technological University of Paraná.

RESUMEN

Este trabajo analiza la fundación de la Universidad Tecnológica Federal de Paraná - UTFPR - en el contexto de expansión de la educación superior. Cuestiona los principales cambios ocurridos en este proceso y discute la configuración actual de la institución. Utiliza la literatura, análisis de documentos normativos de educación superior y de los documentos de la UTFPR y datos de entrevistas. Inicia presentando a la

UTFPR en medio de las recientes alteraciones ocurridas en su proceso de expansión. Entre los resultados, señala que las principales alteraciones efectuadas en la UTFPR se han desarrollado notablemente, impulsadas por la pos-graduación y se consolidaron con la implementación del REUNI, que enfatiza los cursos de grado y licenciatura.

Palabras-clave: Ética. Educación superior. La expansión de las instituciones federales de educación superior. Universidad Tecnológica Federal de Paraná.

Introdução

O institucional, a organização e a cultura imbricam-se na construção histórica da instituição universitária orientados pelos objetivos historicamente produzidos para ela. O ordenamento jurídico educacional de cada instituição educacional traz em si as diferentes temporalidades históricas que se amalgamaram por meio de seus sucessivos processos de organização, tributários da cultura universitária que aí se constituiu. Este amálgama é potência em cada momento da prática universitária e influenciará tanto as apropriações quanto as objetivações que definem tal prática e tal cultura. Tais apropriações e objetivações, individuais ou coletivas, contribuirão para constituir a identidade de cada universidade, ainda que numa rede haja similaridade entre elas (SILVA JUNIOR, 2005, p. 57).

Esta epígrafe, quando transportada para a história de constituição da UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, suscita alguns questionamentos, como: O que leva uma instituição centenária e respeitada a empreender mudanças que alterariam sua configuração? Em que medida o momento histórico e econômico influenciou tal decisão? Como reagiram os sujeitos direta ou indiretamente ligados a ela diante das novas propostas? Considerando isso, Silva Júnior, então, contribui para o início das reflexões que se desdobram neste texto, cujo objetivo é apresentar resultados de pesquisa baseada em discussão bibliográfica, análise de documentos e entrevistas, buscando identificar fatores econômicos e sociais que favoreceram as principais mudanças, recentemente ocorridas na UTFPR, as reações a elas e sua atual configuração.

Aparentando ser uma jovem universidade, com o status de única universidade tecnológica do país, esta instituição se firma em um traçado histórico cujas amarras organizacionais e culturais lhe dão sentido. Isso porque, por trás desta universidade recém-criada, há uma história centenária. Tudo começou no início do século passado com a Escola de Aprendizes Artífices. Tal origem reforça uma característica de atuação na profissionalização que, se no início do percurso histórico voltava-se aos “desvalidos” (CUNHA, 2000b), no momento em que celebra o centenário, promove a profissionalização de um contingente que atende aos requisitos de um mercado de trabalho moldado e orientado pela atual fase capitalista de predominância financeira que requer um desenvolvimento científico e tecnológico aprimorado, visando a reestruturar a base produtiva, permitindo a obtenção de lucros com investimentos financeiros cada vez mais rentáveis.

Pelo que se pesquisou, as recentes transformações que possibilitaram a fundação da universidade tecnológica resultam de encaminhamentos econômicos e políticos que balizam a esfera jurídica, normatizando a educação e requerendo uma formação profissional específica, dentro de uma instituição cujas especificidades atendam às necessidades do tempo presente. Este dado permite afirmar que a moldura jurídica favorecedora de tal alteração institucional sustenta o desenvolvimento de ações que se desenrolam em atividades de pesquisa, de ensino e de extensão desta universidade recém-criada. Nessa mediação, ocorre alteração do trabalho docente cuja característica predominante, no momento anterior à fundação da universidade, era o ensino. Atualmente, o eixo das atividades passou a ser a pesquisa e o ensino orientado por ela. Percebe-se que, assim, a nova instituição ganha corpo, em meio a práticas que

já vinham sendo desenvolvidas e em meio a outras atividades que vêm sendo objetivadas, cuja finalidade relaciona-se com o tempo atual, como veremos a seguir.

Universidade tecnológica federal do Paraná: fundação e constituição atual

A Lei N. 11.184/2005 instituiu a UTFPR, que passou a compor a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada pela Lei N. 11.892/2008. Esta centenária rede originou-se com a educação profissional, a partir da aprovação do Decreto 7566, em 1909, que criava a Escola de Aprendizes Artífices no governo de Nilo Peçanha, fruto, segundo Cunha (2000a), de uma barganha entre estados e governo federal. As escolas, ao todo 19, instaladas uma em cada capital brasileira, tinham como tarefa profissionalizar aqueles considerados desprovidos de fortuna e de sorte. No Paraná, a Escola de Aprendizes Artífices, hoje Universidade Tecnológica Federal do Paraná, foi criada em 1910, na Praça Carlos Gomes, em Curitiba. Pelo trato entre os envolvidos, o governo federal responsabilizava-se pela liberalização de recursos para o pagamento de professores e funcionários, assim como pelo financiamento da compra de móveis e material de consumo. Aos governos estaduais caberia organizar o espaço físico para elas. Historicamente, a instituição já foi palco de várias mudanças, a saber:

- No ano de 1937, num contexto de aprovação da Constituição Brasileira e de ênfase em atividades de industrialização (CUNHA, 2000b), a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná passou a ter denominação de Liceu Industrial do Paraná (LEITE, 2010).
- Na década de 1940, com o Liceu transformado em Escola Técnica de Curitiba, a profissionalização passou a ser realizada no grau médio, tanto em cursos industriais quanto em básicos (LEITE, 2010).
- Em 1959, uma nova denominação institucional é adotada e a instituição passa a ser Escola Técnica Federal do Paraná.
- Em meados da década de 1970, especificamente em 1973, oferece cursos superiores de engenharia de operações, construção civil, eletrônica e eletrotécnica (LEITE, 2010).
- Na década de 1979, a mudança para Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET foi possibilitada pela Lei N. 6545/78, que transformou escolas técnicas federais dos estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro em CEFET.
- Nos anos 1980, houve a regulamentação das atividades como CEFET (CUNHA, 2000b), e estabeleceu-se uma profissionalização especializada, voltada à área tecnológica, às necessidades do mercado de trabalho e também aos ideais de desenvolvimento do país, sem o mesmo caráter de formação universitária. Neste período, apresenta-se o desenvolvimento de pesquisa aplicada e a prestação de serviços, atividades que reforçam o caráter específico destas instituições.

Pela trajetória brevemente descrita, percebe-se que a constituição das atividades de profissionalização no ramo tecnológico desenvolve-se ao longo de décadas, mesmo que apartada da universidade, e segue sustentando a diferenciação institucional (CUNHA, 2000b). As constantes alterações observadas no CEFET – PR, talvez tenham contaminado sua equipe, fazendo com que esta se sentisse impelida a desejar que este se diferenciasse dos demais CEFETs. Neste clima, a primeira

solicitação de sua transformação em Universidade Tecnológica foi elaborada em 1998, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN N. 9394/96, que, no artigo 52, parágrafo único, facultava a criação de universidades por campo de saber. Este movimento, que teve origem ainda na década de 1990, ficou conhecido como cefetização (LIMA FILHO, 2006), pois, pelo Decreto 2.406/97, ocorreu a transformação de escolas técnicas e agrotécnicas em CEFETs.

Além disso, o Decreto 2.208/97 promoveu uma interrupção da educação profissional técnica que vinha sendo realizada no CEFET, já que propiciou a abertura de maior número de cursos superiores de tecnologia, assim como de bacharelado e licenciaturas. Este fator alterou o perfil da instituição e levou ao questionamento sobre o que restaria para a instituição que, historicamente, era caracterizada pela profissionalização. Outros fatores também impulsionavam a referida transformação do CEFET em Universidade, como a preocupação com a autonomia da instituição no momento em que era encaminhada no país a reforma da educação profissional e a constituição de uma universidade especializada era vista como saída.

Não fosse, porém, o fato de que, em 2002, momento do pleito eleitoral para o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, o então candidato ter recebido apoio do governador eleito do Paraná, Roberto Requião¹, o projeto de transformação do CEFET em universidade estaria esquecido, pois, este fora inviabilizado no governo Fernando Henrique Cardoso uma vez que não havia interesse na expansão da educação superior, fato que levou ao arquivamento da primeira solicitação de mudança institucional, um aspecto mencionado por entrevistados e também por Pires (2005).

Dois fatores determinantes, então, concorreram para tal transformação. O primeiro deles, mencionado por um dos entrevistados, era o interesse, por parte de Requião, em trazer uma segunda universidade federal para o Paraná. O outro era o primeiro Plano de Governo Lula – “Um Brasil para Todos: Crescimento, Emprego e Inclusão Social” (2002) – que já previa a ampliação do número de vagas na educação superior, aumento² este motivado pelo baixo número de jovens frequentando cursos universitários, como revelara o Censo da Educação Superior realizado em 2000.

Foi assim que, em 2003, no primeiro ano de governo de Lula da Silva, durante visita do ministro Cristovam Buarque ao Paraná para assinar mensagem que foi encaminhada à Casa Civil, as negociações para transformar o CEFET/PR em universidade foram retomadas e a tramitação do Projeto de Lei 4183 teve início, em caráter de prioridade, no ano de 2004, uma vez que o Programa do Governo Lula preconizava a superação das desigualdades, mediante a inclusão social. A justificativa para tal transformação redigida pela direção do CEFET-PR é apresentada no Parecer N. 1551/2005 do Senado Federal.

Mesmo contando com aspectos favoráveis à transformação, depreende-se que a mudança não ocorreu de forma automática, pois se tratou de um processo construído por todos da instituição. A pós-graduação foi um diferencial para a modificação, já que, naquele momento de solicitação de transformação institucional, tanto o mestrado como o doutorado se faziam presentes. Tais espaços de formação para a pesquisa, num campo em que predomina a pesquisa tecnológica e a ciência aplicada, impulsionaram a jovem instituição, que é fundada como universidade no ano de 2005 pela Lei N. 11.184/2005.

Refletindo-se sobre a transformação do CEFET-PR em universidade, percebe-se o quanto ela foi favorecida por encaminhamentos mediados por alianças políticas, as quais, segundo a leitura de Oliveira (2010), permitem comprovar aproximação entre PT e PMDB, configurada, segundo este autor, por uma salada de coligações e coalizões, uniões ideológicas opostas, caracterizando-se por “[...] irrelevância da política partidária no capitalismo contemporâneo” (OLIVEIRA, 2010, p. 22). Tal irrelevância pode ser

¹ Noticiado na Folha Paraná Online (13/08/2002).

entendida com base em Paulani (2008), quando comenta o governo Lula, apontando o aprofundamento da política econômica desenvolvida no governo de Fernando Henrique Cardoso, não deixando comprometer o poder do PT.

Ressalta-se, portanto, que a barganha política evidenciada por Cunha (2000a) na criação das Escolas de Aprendizes Artífices, dado já mencionado, é um aspecto que aqui se repete e pode ser tomado para destacar que o processo de criação da universidade tecnológica também não se fez desprovido de mediações que unem interesses políticos e econômicos. Assim, tal fundação se desenvolveu mediada por interesses políticos expressos em pleitos eleitorais em que são firmados acordos entre bancadas partidárias que nem sempre tiveram as mesmas trajetórias e defesas. Esses aspectos demonstram o desenvolvimento de novas relações políticas e de interesses governamentais que marcam o período de governo de Lula da Silva, um assunto que é reforçado pela expansão da educação superior ocorrida na Rede Federal, aspecto evidenciado pelo Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, assunto que, na sequência, possibilita perceber a consolidação da UTFPR.

O papel do REUNI na consolidação da UTFPR

O REUNI, um Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto 6.096/2007, integra o Programa de Desenvolvimento Educacional do governo Lula. Seu principal propósito está no incentivo à inclusão na educação superior, ampliando o acesso e a permanência dos alunos. Previa-se que, com o REUNI, ocorreria a expansão de número de alunos, de número de docentes, de estrutura física e organização pedagógica pela rede federal da educação superior. Para tanto, novas universidades federais passariam a compor o quadro de instituições. A UTFPR consolida-se como universidade nesse processo de expansão, momento em que firma com o MEC o Acordo de Metas n. 052, cuja aprovação se deu no Conselho Universitário da instituição – COUNI, em dezembro de 2007. Conforme a Deliberação 17/2007 da UTFPR, o REUNI previa orçamento de R\$ 233.253.799,00 para as ações a serem desenvolvidas no período de 2008 a 2012.

No rol expansionista e em conformidade com os objetivos do REUNI, a adesão facultou à instituição contratar novos docentes e ampliar cursos, vagas e, também, a infraestrutura. Além disso, fomentou a pós-graduação, incentivando o ingresso de docentes doutores por concurso público, possibilitando a constituição de novos grupos de pesquisa, assim como o desenvolvimento de projetos de pesquisa, a participação na pós-graduação *stricto sensu* e as orientações de iniciação científica e de alunos da pós-graduação *stricto sensu*. Esse processo é que contribuiu para construir uma nova identidade institucional, cujos dados verificam-se nos relatórios de prestação de contas da UTFPR.

Analizando informações da Prestação de Contas do ano de 2007 (UTFPR, 2007, p. 96), alguns dados podem ser constatados, por exemplo que, em 2004, havia 04 Programas de Mestrado que atendiam 365 alunos. No ano de 2007, passaram para 05 e o atendimento foi ampliado para 446 alunos. No mesmo período, havia um Programa de Pós-Graduação – Doutorado que atendia, em 2004, um total de 45 alunos e, em 2007, 54.

Estes números se elevam consideravelmente no período de 2008 a 2011. Os Programas de Mestrado passam de 06 para 20 na UTFPR conforme Prestação de Contas do ano de 2011 (UTFPR, 2012, p. 78-79). Para o Doutorado, mantém-se no ano de 2008 a 2011, 02 Programas, com um total de 62 alunos matriculados em 2008, e 105 em 2011, como consta no mesmo documento (UTFPR, 2012, p. 79).

O número de docentes nos Programas de Pós-Graduação também aumenta de forma visível entre 2004 a 2011, contando com a participação de 87 docentes em 2004, chegando, em 2007, a 115 de acordo com o documento Prestação de Contas do ano de 2007 (UTFPR, 2007, p. 96). No ano de 2008, os números são ampliados e os docentes somam 153, chegando a 373 em 2011 como descrito na Prestação de Contas

do ano de 2011 (UTFPR, 2012, p. 310). Pelo aumento de Programas de Pós-graduação e do número de docentes deles participando, constata-se que houve reforço na contratação de docentes doutores. Em decorrência disso, observam-se nítidas mudanças na atuação e na valorização de atividades relacionadas à pesquisa. O vínculo com a graduação é estabelecido tanto pelos docentes que, além de atuar na pós-graduação, trabalham também na graduação, como também pela participação discente nos grupos de pesquisa e pela orientação de bolsistas de iniciação científica.

Em relação a tal participação, o relatório de gestão descrito na Prestação de Contas de 2007 (UTFPR, 2007, p. 101) e a Prestação de Contas do ano de 2011 (UTFPR, 2012, p. 82) destacam que, no ano de 2004, havia 63 grupos de Pesquisa, passando, no ano de 2011, a 218. As Linhas de Pesquisa também aumentaram no período, passando de 21, em 2004, para 848, em 2011. A presença de doutores nos grupos de pesquisa passa de 142, em 2004, para 728, em 2011, e o número de pesquisadores nos grupos de pesquisa aumenta de 320, em 2004, para 1203, em 2011.

Nos dados referentes à participação discente nos grupos de pesquisa, o que surpreende é o elevado número de envolvidos que, em 2008, corresponde a 351 alunos, chegando a 1927, no ano de 2011, dados que indicam a valorização da pesquisa na instituição. Destaca-se também, neste processo, o número de bolsas de iniciação científica disponibilizadas no período de 2004 a 2011.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - ofertou 28 bolsas em 2004, passando a oferecer 70, em 2011. A UTFPR inicia sua participação na concessão de bolsas de iniciação científica no ano de 2008, com o oferecimento de 47 bolsas, passando para 60 em 2011, como consta na Prestação de Contas do ano de 2011 (UTFPR, 2012). A Fundação Araucária, órgão de fomento paranaense, passa a fazer um investimento bastante significativo na concessão de bolsas oferecendo 13 bolsas no ano de 2005, ampliando este montante para 130 no ano de 2011.

Percebe-se, com os números apresentados no relatório de gestão da prestação de Contas do ano de 2007 (UTFPR, 2007), e na Prestação de Contas do ano de 2011 (UTFPR, 2012), uma mudança na instituição, principalmente no que se refere à pesquisa e à pós-graduação. Na pós-graduação *lato sensu*, período de 2008 a 2011, há um aumento do número de cursos. No ano de 2008, já havia 61 cursos. Em 2009, totalizava 65. Entre 2010 e 2011, o número de cursos subiu para 81 conforme dados da Prestação de Contas de 2011 (UTFPR, 2012, p. 313-314), um crescimento visível que mostra a atuação da UTFPR na pós-graduação *lato sensu*.

Esses dados explicitam o atendimento a diferentes necessidades no ensino superior: cursar graduação e pós-graduação *lato sensu* e partir para o mercado de trabalho, ou cursar graduação e se dedicar à pesquisa pela participação na pós-graduação *stricto sensu*. Na pós-graduação *lato sensu*, estão os alunos que atuam no espaço produtivo sem que sobre eles recaiam maiores exigências técnicas, como comentaram Silva Junior e Spears (2012). Já dos alunos formados na pós-graduação *stricto sensu* exige-se maior grau de conhecimento técnico, pois irão contribuir, de forma mais específica, para a implementação da produção atual, como analisado por Silva Junior e Spears (2012).

Com ênfase na graduação e na pós-graduação, retraem-se as atividades relacionadas à formação profissional técnica. Esta mudança também pode ser percebida e confirmada na análise da Prestação de Contas do ano de 2007 (UTFPR, 2007, p. 54). Constata-se, no documento, que, no ano de 2004, havia, no primeiro e segundo semestres, 1932 matrículas no ensino médio no CEFET – PR, enquanto que, no curso subsequente, registravam-se 839 matrículas, no primeiro semestre, e 860 no segundo. A instituição passou a ofertar o ensino médio após a reforma da educação profissional, ocorrida no final dos anos de 1990. No ano de 2007, foram efetuadas apenas 751 matrículas no ensino médio, ao passo que, no curso subsequente, no mesmo ano – segundo semestre – apenas 300 matrículas foram concretizadas. Percebe-se que, de 2004 a 2007, o número de matrículas sofreu um decréscimo no ensino médio e no curso

subsequente. O curso técnico integrado apresentou, neste período, uma elevação: iniciando o ano de 2006 com 504 matrículas, no segundo semestre de 2007, o número de matrículas elevou-se para 1432.

A oferta de vagas no período de 2008 a 2011, de acordo com o apresentado na Prestação de Contas de 2011 (UTFPR, 2012, p. 292) sofreu um decréscimo nos cursos técnico integrado, técnico subsequente e superior de tecnologia. Como se pode notar no quadro abaixo, expande-se a oferta de vagas para cursos de bacharelado e licenciatura no período. Entende-se ser esta inversão na oferta de vagas efeito do encaminhamento do REUNI na UTFPR.

Quadro 01 – Acompanhamento das vagas ofertadas para os cursos

Período de 2008 a 2011

Curso	2008	2009	2010	2011
Técnico Integrado	1.010	924	880	740
Técnico Subsequente	90	80	80	80
Superior de Tecnologia	1.932	1.816	1.652	1.620
Bacharelados e Licenciaturas	1.822	3.124	3.828	4.840
Total	4.854	5.944	6.440	7.280

Fonte: Prestação de Contas 2011. (UTFPR, 2012, p. 292).

De acordo com os dados apresentados na Prestação de Contas de 2011 (UTFPR, 2012, p. 57), o número de matrículas nos cursos superiores de tecnologia sofreu um decréscimo, passando de 10.739, no ano de 2008, para 8.119 em 2011. Já os cursos de bacharelado e as licenciaturas têm um aumento bastante considerável no período em questão, passando de 4.995 matrículas, no ano de 2008, para 13.966, no ano de 2011. Os dados de matrículas do bacharelado e da licenciatura relacionam-se com o período de implementação do REUNI, em que ocorreu aumento do número de vagas e também de cursos ofertados. Com relação aos cursos técnicos integrados ou subsequentes, há uma retração no número de vagas, o que mostra um atendimento bastante tímido pela UTFPR. Ressalta-se que, conforme a Lei N. 1184/2005, inciso II, a UTFPR tem como objetivo também: “[...] ministrar cursos técnicos prioritariamente integrados ao ensino médio, visando à formação de cidadãos tecnicamente capacitados, verificadas as demandas de âmbito local e regional”.

Essa retração no atendimento do ensino técnico integrado ao médio permite compreender que há uma mudança no papel exercido pela instituição em que se constata que prepondera a educação superior. Confirma-se a mudança no perfil do docente que vem atuando na UTFPR, em relação àquele que trabalhava no ensino técnico profissionalizante ou nos cursos superiores de tecnologia, o docente do ensino básico, técnico e tecnológico – EBTT, que permanece na instituição juntos aos recém-concursados. São esses elementos aqui apresentados que constituem o perfil da recente universidade que se consolida com o REUNI em meio a práticas que a caracterizaram historicamente: a profissionalização técnica e o ensino.

O trabalho docente na UTFPR no rastro da predominância financeira

Até o momento, os dados apresentados permitem identificar uma reorientação do trabalho docente realizado na UTFPR. Percebe-se que uma lógica diferenciada passa a norteá-la elevando os índices que correspondem a atividades que não predominavam na instituição marcada pela profissionalização técnica. Verifica-se uma ênfase em atividades de pesquisa com ampla criação de

grupos e envolvimento docente e discente. Percebe-se o crescimento da pós-graduação para a qual se requer priorização de atividades vinculadas à pesquisa e, no caso da UTFPR, de pesquisa aplicada.

No entendimento de Silva Junior, Ferreira e Kato (2013), a universidade, tornou-se instrumento de produção mediada por instâncias reguladoras e avaliadoras, como a LDBEN, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e o CNPq. São tais instâncias que acompanham o desenvolvimento de cursos de graduação e pós-graduação consoantes às necessidades do capitalismo financeiro, proporcionando vivenciar uma nova cultura acadêmica no interior das instituições universitárias, norteada pela lógica da produção garantidora do lucro e formadora dos novos pesquisadores e professores que solidificarão este modelo de universidade.

Ocorre uma reorganização do espaço educacional no curso de expansão do capital, no rastro da predominância financeira, um “[...] processo de subsunção do educacional à produção econômica, no contexto de tecnificação da política e da cultura” (SILVA JUNIOR; SGUSSARDI, 2001, p. 80). Enfatiza-se este aspecto com a demonstração de resultados de editais que preveem disponibilização de recursos para desenvolvimento de projetos nas instituições de educação superior cujo fator determinante é o currículo *lattes* do docente. Para Sguissardi e Silva Junior (2009), neste processo, observam-se, concomitantemente, o engajamento e a alienação dos docentes que intensificam seu trabalho pelas as mudanças com origem no Estado e estabelecem-se a precarização das relações de trabalho e, além disso, a doença de muitos deles.

Essa busca pela inserção do país no padrão financeiro da economia, iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso, teve continuidade e aprofundamento no governo Lula, como se pode constatar em Paulani (2008, p. 46), ao afirmar, haver continuidade da “[...] dominância financeira da valorização”. Verifica-se, no governo de Lula da Silva, a ‘preocupação’ com o social de onde têm origem políticas de inclusão para ‘superação da pobreza’ pautadas no suposto apaziguamento da questão social e das quais se originam, também, as propostas de expansão da educação superior que visam à inclusão pela educação. No plano de governo de 2002, previa-se a inclusão social e, para concretizar a proposta, incentivava-se a ampliação de vagas para a educação superior pública com vistas ao atendimento de jovens que não tinham acesso a este nível de educação. Implicitamente, buscava-se garantir, pela educação superior, inserir jovens e o país no mundo competitivo. A preocupação com a formação na educação superior é reafirmada no Plano de Governo de 2007-2010, permanecendo a lógica da inclusão, o que possibilitaria igualdade de oportunidades, item do projeto de nação no governo Lula que corresponde à reorientação político-social, já que busca amenizar a situação de pobreza e desigualdade com políticas compensatórias, possibilitando sustentar o “lulismo”, assunto discutido por Singer (2012).

Entende-se que, pela forma de tratamento da questão social no governo Lula, os encaminhamentos políticos não intencionavam mudanças efetivas e sim paliativas. Como afirmou Paulani (2008), o governo Lula, por ser neoliberal, deixou como último na fila de prioridades o tratamento da questão social. Diz a autora, “[...] o governo Lula faz o Fome Zero, enquanto desmantela os direitos dos trabalhadores para facilitar os negócios, e anda na contramão do solidarismo e da universalização dos bens públicos para tornar o país um *investment grade*²” (PAULANI, 2008, p. 71).

Compreende-se, também, tratar-se de um projeto de governo que contempla o atraso, como foi discutido por Oliveira (2011), buscando, por um lado, priorizar e expandir o sistema financeiro e, por outro, apaziguar as desigualdades sociais para enfatizar o desenvolvimento econômico. Neste processo, pode-se afirmar que a educação superior atende a duas frentes: formação de profissionais que serão

² O termo “*investment grade*” corresponde ao grau de investimento de um país, se é um país com poucos riscos para investimento financeiro.

encaminhados ao sistema produtivo para competir no mercado de trabalho, até mesmo como reserva de mão de obra; habilitação de profissionais envolvidos com pesquisa e ciência aplicada, cerne do desenvolvimento científico e tecnológico de que necessita o sistema produtivo para girar a engrenagem capitalista no contexto de predominância financeira, assunto mencionado por Silva Junior e Spears (2012).

Percebe-se, então, um curso intenso de alterações sedimentado na reforma do aparelho do Estado e das instituições republicanas, como discutido por Silva Junior e Sguissardi (2001) e por Sguissardi e Silva Junior (2009). Iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso, a reforma do aparelho do Estado foi fortemente influenciada pelo Consenso de Washington, um conjunto de ideias defendidas por economistas que se preocupavam com a crise econômica que assolava países com menor desenvolvimento econômico e insuficientes condições de gerenciamento de crise econômica. O Consenso objetivava possibilitar a governança e melhorar a eficiência e a qualidade de serviços prestados pelo aparelho do Estado. Na avaliação de Fiori (2001, p. 186), o Consenso foi considerado um “pacote terapêutico” que pretendia redimensionar a política macroeconômica cujos resultados foram a “[...] desregulação dos mercados financeiro e do trabalho; a privatização das empresas e serviços públicos; a abertura comercial; e a garantia do direito de propriedade dos estrangeiros [...]”. Para os proponentes do Consenso, como observou Fiori, as reformas liberais e a livre concorrência deveriam seguir o curso de uma política macroeconômica ortodoxa, possibilitando o desenvolvimento do Investimento Externo Direto, resultado da implementação da liberalização e da desregulamentação da economia.

As orientações desenvolvidas a partir do Consenso promovem um redimensionamento do papel do Estado, como se pode verificar no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado elaborado no governo de Fernando Henrique Cardoso. O Plano representou o estabelecimento de uma nova relação entre o Estado, a sociedade e o mercado, o que, para Silva Junior (2002) e Sguissardi e Silva Junior (2009), tem a racionalidade mercantil como linha orientadora. Silva Junior (2005), e Silva Junior e Spears (2012), apontam a educação superior, norteada pela financeirização, aspecto que tem levado a universidade a voltar-se para o desenvolvimento de conhecimentos, para a produção de tecnologias e para a formação de um alunado que possa atender à atual etapa de acumulação.

Nela, as formas de exploração do trabalho se complexificam pelos processos tecnológicos e organizacionais que são implementadas no espaço produtivo. Observa-se, como lembrou Harvey (1994, p. 166), que o capitalismo “[...] é orientado para o crescimento” e “[...] se apoia na exploração do trabalho vivo na produção”. Para obtenção de lucro, requer-se maior dispêndio de tempo e esforço no desempenho do trabalho que passa a demandar um número menor de funcionários em intensa jornada. Observa-se a partir do autor que os lucros obtidos são reinvestidos em mercados de títulos e em transações financeiras que, operadas virtualmente, na compressão da relação entre espaço e tempo, assumem característica de um movimento fugaz e volátil que passa a ser o fundamento das relações atuais.

O período de estabilidade promovido pela fase áurea, segundo Chesnais (2008, p. 3), foi bastante favorável ao capital, pois criou “[...] um tipo de sociedade global profundamente marcado pelo domínio do capital, muito além da esfera puramente financeira”. Para Chesnais, neste período, ocorre a apropriação da práxis social dos assalariados, que os deixa sem preparo para encaminhar ações políticas, favorecendo a ampliação do ideário neoliberal, que, de acordo com Hobsbawm (1995), teve reforço de representantes da nova direita em meados dos anos de 1980, orientados pelo pensamento de Hayek, resultando, conforme observou Fiori (1995, p. 180), na incompatibilidade do “[...] crescimento econômico capitalista com o aumento da igualdade social e a preservação das liberdades democráticas”.

Pode-se dizer que está em curso um processo de acumulação em que os lucros obtidos na esfera produtiva são investidos em mercados financeiros. Chesnais (2011, p. 35) explica tratar-se de uma

configuração específica do capitalismo atual em que as instituições financeiras bancárias, e também as não bancárias, constituem um tipo de capital que “[...] busca ‘fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida”.

Todo esse processo possui como fundamento o aumento do valor, um aspecto fundamental nesta análise, o qual, segundo Marx (1988), contribui para o entendimento de que, no processo de circulação da mercadoria, há o aumento do valor que envolve desde o momento da compra até o pagamento. O excedente tem como origem os juros da circulação. Os valores excedentes da produção são aplicados em instituições financeiras, possibilitando ao capitalista ampliar seu lucro, como apontou Guttman (1999), referindo-se ao mercado de títulos, e Sauviat (2011), exemplificando com os fundos de pensão e fundos mutuais. É nesse processo, segundo Paulani (sd), que ocorre a autonomização da esfera financeira. As atividades especulativas sobrepõem-se às produtivas para as quais os investimentos objetivam desenvolvimento de tecnologias que reduzam custos e mantenham a produção, tornando-a mais lucrativa.

Soma-se aos aspectos apontados o valor atribuído ao conhecimento como mercadoria que possibilita competir no mercado de capitais, alterando o entendimento sobre o papel das instituições de ensino. Como comentou Harvey (1994, p. 151), no atual contexto, os sistemas universitários passam “[...] de guardiães do conhecimento e da sabedoria para produtores subordinados de conhecimento a soldo do capital corporativo”. É neste contexto de valorização e mercadificação da ciência que se concretiza a fundação da UTFPR.

Algumas considerações

Ao analisar a fundação da UTFPR, verifica-se que seu desenvolvimento se realiza em meio a um contexto favorável às alterações institucionais. Num sentido amplo, o padrão econômico vigente requer o alinhamento das universidades aos interesses que visam ao desenvolvimento da financeirização, levando à produção de conhecimentos, de produtos e processos tecnológicos que atendam aos interesses do mercado. As alterações institucionais se fazem mediadas pela atuação de governantes na estrutura administrativa do aparelho do Estado reformado, seguindo à risca encaminhamentos traçados na esfera econômica que modificam completamente a ação governamental no âmbito dos países a exemplo das orientações provenientes do Consenso de Washington.

Num sentido mais restrito, verifica-se uma sucessão de governos que encaminham suas ações de forma a sustentar os objetivos traçados nessa esfera mais ampla. A educação superior entra nesta lógica, e no Brasil desde o governo Lula volta-se ao desenvolvimento econômico, mascarando as necessidades sociais, utilizando estratégias de inclusão que podem ser exemplificadas com a expansão de oferta de vagas seja para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho, seja para a formação para a pesquisa.

Inserida neste contexto, a UTFPR, aproveitando-se do amparo legal oportunizado pela LDBEN 9394/96 no que diz respeito às universidades especializadas, e impulsionada pelo REUNI, desenvolve as ações que permitirão sua consolidação como universidade. Tal estabilidade torna-se possível com a ampliação de um quadro docente, que já ingressa profissionalizado, que se junta aos docentes pertencentes a programas de pós-graduação já existentes no antigo CEFET, elemento que contribuiu para a transformação da instituição em universidade. Ressalta-se que os docentes ingressantes pelo REUNI possuem uma visão específica, amalgamada no tempo presente, do que deve ser a universidade, a pesquisa e a pós-graduação. Verifica-se, deste modo, que ocorre uma mudança institucional profunda em que a instituição centenária reduz significativamente as atividades relacionadas à educação básica na profissionalização, contrariando um dos objetivos da UTFPR determinado em lei, ofuscando a identidade

que a caracterizou como formadora de técnicos. Todos esses elementos se mesclam na formação da única Universidade Tecnológica do país que mantém a busca por destaque acadêmico e consegue mantê-lo dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Vale aqui a reflexão de que, se por um lado, a criação da Universidade Tecnológica é um avanço, por outro, possibilita verificar que uma instituição que surge com o papel de profissionalizar desvalidos, numa perspectiva moralista e higienista, após cem anos, transforma-se em universidade e permanece profissionalizando, dentro da lógica expansionista de oferta de vagas e de conteúdo de infortúnios sociais, reforçando a meta de inclusão social pelo atendimento aos interesses governamentais e econômicos. Percebe-se que, desde sua fundação, a UTFPR desenvolve-se amalgamada à cultura capitalista, e hoje se apresenta, de forma sempre contraditória, adaptada ao novo papel econômico, político e ideológico, que caracteriza as demais universidades públicas, e o lulismo. Reforça-se a crença na inclusão social pela educação e busca-se, pela profissionalização tecnológica, a emancipação da instituição e dos alunos ali formados. Dado ao caráter recente da UTFPR, muito há que se pesquisar. Pode-se produzir uma hipótese inicial sobre este período da centenária instituição: envoltos na cultura institucional, professores e alunos parecem construir uma nova identidade, a identidade de universidade necessária ao projeto de país que se inicia no trânsito da década de 1980 para 1990.

Referências

- BRASIL. Casa Civil. Decreto N. 7566/1909. *Créa nas capitais dos estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional gratuito.* Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1909.
- _____. Casa Civil. Decreto N. 2.208: regulamenta a educação profissionalizante. Fernando Henrique Cardoso: Presidente da República. *Diário Oficial da União*, n. 74, p. 7761; Brasília, DF: 1997.
- _____. Casa Civil. Decreto N. 2406 de 27 de novembro de 1997. *Regulamenta a Lei Federal 8.948/94 (trata dos Centros de Educação Tecnológica).* Brasília, 1997.
- _____. Casa Civil. Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, v. 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996. Seção I. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- _____. Casa Civil. Lei N. 11.892/2008. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.* Brasília, 2008.
- _____. Casa Civil. Lei N. 11.184/2005. *Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências.* Brasília, 2005.
- _____. Casa Civil. Lei N. 6545 de 30 de junho de 1978. *Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.* Brasília, 1978.
- BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei 4183 de 2004. *Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e dá outras providências.* Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=265480> Acesso em: 14 de fevereiro de 2013.

CHESNAIS, F. El fin de um ciclo Alcance y rumbo de la crisis financiera. In: *Archivo Chile. Historia Político Social. Movimiento Popular*. Centro de Estudios Miguel Enríquez. 2008.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. p. 35-67.

COUNI/UTFPR – Conselho Universitário. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. *Deliberação 17/2007*. Curitiba, 20/12/2007.

CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília – DF: FLACSO, 2000a.

_____. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília-DF: FLACSO, 2000b.

FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.

_____. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1994.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GUTTMANN, R. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, F. (Coord.) *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1999.

LEITE, J. C. C. (Org.). *UTFPR: uma história de cem anos*. Curitiba: Ed. UTFPR, 2010.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova cultural, 1988. Os Economistas. V. 1.

MEC/SESU. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. *Acordo de Metas N. 052*. Brasília, 2008.

FRANCISCO, O. Hegemonia às Avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R; RIZEK, Cc. (Orgs.) *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 21-27.

_____. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

PAULANI, L. *A autonomização das formas verdadeiramente sociais na Teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo*. In mimeo. s.d.

_____. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PIRES, L. L. A. *A criação de universidades tecnológicas no Brasil: uma nova institucionalidade para a educação superior*. Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2005. Tese de Doutorado.

PROGRAMA DE GOVERNO LULA. *Um Brasil para Todos: Crescimento, Emprego e Inclusão Social*. 2002.

SAUVIAT, C. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. IN: CHESNAIS, F. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SILVA JUNIOR, J. R. *Reforma do estado e da educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. *Pragmatismo e populismo na educação superior: nos governos FHC e Lula*. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. FERREIRA, L. R.; KATO, F. B. G. Trabalho do professor Pesquisador diante da expansão da Pós-Graduação no Brasil Pós-LDB. In: *Revista Brasileira de Educação*. 2013.

_____. SGUSSARDI, V. *Novas faces da Educação Superior no Brasil: Reforma do Estado e mudanças na produção*. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.

_____. SPEARS, E. *Globalização e a mudança do papel da Universidade Federal Brasileira: uma perspectiva da economia política*. Campinas: Histedbr, 2012.

SINGER, A. *Os sentidos do Lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SGUSSARDI, V.; SILVA JUNIOR, J. R. *Trabalho intensificado nas federais: Pós-Graduação e Produtivismo Acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

UTFPR. *Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Prestação de Contas 2007*. Curitiba: UTFPR, 2007. Disponível em: <http://www3.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/> Acesso em: 05 de outubro de 2012.

_____. *Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Prestação de Contas 2011*. Curitiba: UTFPR, 2012. Disponível em: <http://www3.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/> Acesso em: 05 de outubro de 2012.

* Doutor em História e Filosofia da Educação, professor associado do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. E-mail: jr@ufscar.br

** Docente na Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: eczernisz@uel.br

Recebido em 10/07/2015

Aprovado em 25/08/2015